

Sentir-pensar a educação antirracista na universidade: Academia Preta Decolonial como prática de enfrentamento ao racismo

*Think-feel anti-racist education at university: Decolonial
Black Academy as a practice to combat racism*

Leila Lima de Sousa¹
Michelly Santos de Carvalho¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v24i52.962>

Resumo: O Curso “Academia Preta Decolonial: Epistemologias e Metodologias Antirracistas” começou a ser artesariado em julho de 2020. Diante de uma pandemia mundial que escancarou e aprofundou ainda mais as disparidades entre negros e brancos, surgiu como caminho de resistência, de articulação política e de mobilização ativista possibilitada pelo digital, em tempos de distanciamento social. Ao nos encontramos semanalmente para desestabilizar os efeitos da colonialidade, pedíamos licença e direcionamento aos que vieram antes. Cada módulo foi se constituindo como espaço seguro e de proteção pautado na descontinuidade com a geopolítica do saber euro-americano. Nos anos de 2021 e 2022 a Academia Preta Decolonial fez parte das Campanhas pela Erradicação do Racismo no Ensino Superior, promovida pela Cátedra UNESCO-UNTREF, que ajudou a tecer o emaranhado das linhas e dos pontos, a partir da troca e do compartilhamento de experiências com diversas outras Universidades e iniciativas em vários países da América Latina.

Palavras-chave: relato de experiência; educação antirracista; campanha pela erradicação do racismo; academia preta decolonial.

Abstract: The Course “Decolonial Black Academy: Epistemologies and Anti-Racist Methodologies” began to be crafted in July 2020. In the face of a global pandemic that opened up and further deepened the disparities between blacks and whites, it emerged as a path of resistance, political articulation and activist mobilization made possible by digital, in times of social distancing. When we met weekly to destabilize the effects of coloniality, we asked for permission and guidance from those who came before. Each module was constituted as a safe and protective space based on the discontinuity with the geopolitics of Euro-American knowledge. In the years 2021 and 2022, Academia Preta Decolonial

¹ Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Imperatriz, Maranhão, Brasil

was part of the Campaigns for the Eradication of Racism in Higher Education, promoted by the UNESCO-UNTREF Chair, which helped to weave the tangle of lines and dots, through the exchange and sharing of experiences with several other Universities and initiatives in several Latin American countries.

Keywords: experience report; anti-racist education; campaign for the eradication of racism; decolonial black academy.

1 INTRODUÇÃO

O curso Academia Preta Decolonial: epistemologias e metodologias antirracistas é uma iniciativa do Núcleo Interdisciplinar de Estudo, Pesquisa e Extensão em Comunicação, Gênero e Feminismos – Maria Firmina dos Reis², da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz. O núcleo baseia-se principalmente no fortalecimento dos estudos na área da comunicação, gênero, feminismos, cidadania e questões raciais a partir do acolhimento e de uma *Pedagogia Afroafetiva* (Silva, 2021)³.

Desde o ano de 2020 temos trabalhado a perspectiva de raça e gênero nos estudos feministas, principalmente na formação ético-política e antirracista de professores e estudantes que reconheçam o racismo como ideologia de poder que sustenta e reproduz exclusões em diversos níveis. Buscamos problematizar e confrontar nossas práticas como jornalistas, pesquisadores e estudantes. Reconhecemos que as nuances do Racismo no Ensino Superior são diversas e que operam profundas violências na vida dos estudantes: seja pela dificuldade de acesso e de permanência no ensino superior ou pela invisibilização de autores e autoras negras como conhecimento válido, e ainda, pela falta de incentivo de que metodologias e epistemologias antirracistas possam ser artesanadas por docentes e estudantes em espaços de enfrentamento e de desestabilização aos saberes

¹ Mais informações sobre o núcleo podem ser obtidas por meio do seu website: www.nucleo-mariafirmina.com.br.

² Conceito desenvolvido pela professora Dra. Francy Silva, professora do departamento de letras clássicas e vernáculas da Universidade Federal da Paraíba. Segundo ela, é possível produzir e compartilhar conhecimento se pautando no afeto e na sensibilidade, a fim de transformar os/as estudantes em sujeitos/as de suas próprias histórias e produtores de conhecimento a partir de suas vivências. Ela destacou durante a segunda edição da Academia Preta Decolonial que sua fala estava pautada no lugar de onde veio, nas suas origens. “Eu não posso esquecer de onde eu vim” (Silva, 2021).

hegemônicos e eurocentrados. As desigualdades operadas pelo racismo se tornaram ainda mais profundas no contexto da pandemia da Covid 19, momento em que surge a Academia Preta Decolonial. O curso nasce como um projeto de acolhimento e de reflexão sobre as profundas disparidades sociais existentes no Brasil, sobretudo a partir da perspectiva racial. Da nossa prática enquanto docentes de uma universidade pública percebemos o desconhecimento dos nossos estudantes em relação às produções de intelectuais negros. Nossos currículos, majoritariamente brancos, provocam nos estudantes uma total falta de conexão com suas próprias histórias e memórias familiares e comunitárias, pois ditam padrões específicos do viver, do saber e do ser, todos eles baseados em preceitos da colonialidade.

Para a realização e efetivação do curso como um projeto não só necessário, mas urgente, contextualizamos um Brasil onde pretos e pardos empregados estão mais presentes em atividades relacionadas à agropecuária (60,8%), à construção (62,6%) e, principalmente, aos serviços domésticos (65,1%). Tecendo um comparativo necessário, os postos de trabalho ocupados pelos brancos estavam ligados a serviços financeiros, de informação, administração pública, educação e serviços sociais (IBGE, 2019).

As profundas disparidades no mercado de trabalho e na distribuição de renda também são refletidas no acesso à moradia e suas condições. A população preta ou parda habita em 44,5% dos domicílios que sofrem a ausência de pelo menos um serviço de saneamento básico. Entre os brancos na mesma situação, o percentual é de 27,9% (Nitahara, 2019).

As condições precárias de trabalho, de rendimentos e de moradia são sinalizações de que a população negra é a que compõe o maior percentual da situação de pobreza no país. Os negros representam 32,9% da população mais pobre do país, com rendimentos de até US\$ 5,50 por dia. Na mesma situação, vivem 15,4% dos brancos do país. Quando o percentual se refere à extrema pobreza, ou seja, pessoas que vivem com até US\$ 1,90 por dia, 3,6% são brancos e 8,8% são pretos e pardos (IBGE, 2019).

Um levantamento realizado pelo IBGE através da Síntese dos Indicadores Sociais de 2019 concretiza, em dados, as disparidades sociais entre brancos e negros quando se realiza uma interpretação sobre restrições a direitos básicos. São os pretos e pardos que têm maiores restrições de acesso à internet (23,9%), ao

saneamento básico (44,5%), à educação (31,3%), a condições dignas de moradia (15,5%) e à proteção social (3,8%) (IBGE, 2019).

Nesse sentido, a proposta metodológica da Academia Preta é não só pensar, mas exercitar novas e outras metodologias possíveis. Sobretudo na construção de espaços que possam se pautar pela pluralidade e diversidade de abordagens, de referências, de visões de mundo, que possam incluir vidas que foram excluídas de todas as formas possíveis, em todas as esferas sócio-políticas. Praticamos o que Sousa (2021) designou de *Aprender-sendo*, ou seja, que aprender sobre si é uma ação política e consciente de emancipação do sujeito, onde corpo, mente e espírito estão em mútua conexão no processo de aprender. *Aprender-sendo* se detém sobre a *dimensão epistemológica e descolonizadora de elaboração do saber* (Gomes, 2017; Collins, 2019) pelo *caráter autônomo e “dialógico” do “aprender” sobre si e a partir de si* (Freire, 2017; 2018; Evaristo, 2005, 2009).

O curso acontece sempre no segundo semestre e é dividido por módulos. Cada módulo é pensado a partir das pesquisas, investigações e atuação dos professores ministrantes. Ao longo dos anos temos conseguido desenvolver uma rede potente de pesquisadores, ativistas, militantes, pesquisadores, estudantes, de diversas regiões do Brasil e também de outros países, como Moçambique e Espanha.

Já foram realizadas três edições do curso: 2020, 2021 e 2022. Ao longo desse tempo, fomos ampliando a perspectiva e construindo redes que se estabeleceram tanto entre Universidades brasileiras como também com associações e Universidades de outros países.

A disposição dos módulos da primeira edição foi realizada da seguinte forma: **Módulo 1:** "Economia feminista e ecológica, com Gilvânia Ferreira"; **Módulo 2:** "Decolonidade e pensamento afrodiaspórico com Mariana Olisa e Dai Sombra"; **Módulo 3:** "Mídia e racismo: combatendo a sub-representação preta e reposicionando o campo da comunicação, com Rosane Borges; **Módulo 4:** "Feminismo negro e literatura: as obras de bell hooks, Chimamanda Adichie, June Jordan e Conceição Evaristo, com Fernanda Bastos; **Módulo 5:** "Pensamento feminista afro-latino americano, com Andreia Marreiro"; **Módulo 6:** "A produção literária de autoras negras brasileiras: tessituras de uma escrita insubmissa", com Francly Silva; **Módulo 7:** "O perigo de uma história única", com Gabriela Barretto de Sá; **Módulo**

8: "Contribuições metodológicas para a educação das Relações étnico-raciais", com Herli de Sousa Carvalho; **Módulo 9:** "Transexualidade negra e educação", com Letícia Carolina Nascimento; **Módulo 10:** "Movimento negro educador": contribuições para uma educação antirracista, com Rosenverck Estrela Santos; **Módulo 11:** "Literatura preta: autoras negras em destaque", com Bianca Santana; **Módulo 12:** "Alisando nosso cabelo: estética e poder", com Jéssica Carneiro.

Já a segunda edição, evento que fez parte da II Campanha pela Erradicação do Ensino Superior na América Latina, foi pensada com o objetivo de promover uma maior diversidade temática, mas com menos módulos, na tentativa de possibilitar que mais pessoas pudessem acompanhar o curso. Os módulos também tiveram o cuidado de trazer novos temas ao debate para que os cursistas da primeira edição também pudessem novamente realizar o curso e, assim, aprender e compartilhar saberes, conhecimentos, experiências e vivências.

Na edição de 2021, os temas abordados foram os seguintes: **Módulo 1:** Pedagogia afroafetiva: uma experiência de emancipação, ministrado por Francy Silva (UFPB); **Módulo 2:** Moçambicidade audiovisual e cidadania, por Fulgêncio Muchisse (Universidade Eduardo Mondlane – UEM/ Moçambique); **Módulo 3:** Perspectivas decoloniais/anticoloniais e o pensamento produzido por mulheres da América Latina em narrativas audiovisuais do Brasil e Equador, Andreia Rosendo (PROLAM/USP); **Módulo 4:** Cosmopolíticas da racialidade: perspectivas pretas como crítica aos valores universais modernos, com José Messias Franco (UFMA/ Imperatriz) e Renata Nascimento (UERJ); **Módulo 5:** Transfeminismo, com Letícia Nascimento (UFPI); **Módulo 6:** Capoeira Descolonizadora como epistemologia de resistência, por Dai Sombra (Diáspora Produtora – Barcelona/Espanha); **Módulo 7:** Interseccionalidades e o feminismo afrolatinoamericano no pensamento de Lélia Gonzalez, com Denise Carvalho (UFRN); **Módulo 8:** “Tá feita a quizumba”: Debates sobre (re)apropriações tecnológicas e os ciberativismos de mulheres negras, por Thiane Neves (UFBA); **Módulo 9:** Expressões da Branquitude no Ensino Superior, com Priscila da Silva.

A última edição realizada, até agora, também fez parte das atividades da Terceira Campanha pela Erradicação do Racismo no Ensino Superior. A edição trouxe como novidade a parceria com o Centro de Cultura Negra Negro Cosme e com a Coordenação pela Educação da Igualdade Racial, ambas organizações

de Imperatriz/ Maranhão. A tentativa foi ultrapassar os muros da Universidade e com o curso, fazer pensar as bases da educação, também o papel fundamental da educação não-formal no processo de formação crítico-política dos sujeitos.

No ano de 2022, o curso teve 7 módulos e a abertura e o encerramento foram realizados em formato híbrido. Nesta edição, contamos mais uma vez com a participação da Universidade Eduardo Mondlane, de Maputo, Moçambique. E também com a presença da professora Dai Sombra, parceira do curso desde a primeira edição, ativista, professora, realizadora cultural em Barcelona, Espanha. Os módulos foram divididos assim: **1. A brecha digital de gênero: um olhar na África Austral a partir dos objetivos para o desenvolvimento sustentável '4 e 5' – Profa. Doutoranda Delfina Mateus; 2. Colorismo, Interseccionalidade e Lugares fronteiriços – Profa. Dra. Fernanda Carrera; 3. Mulheres e mineração: processos de defesa do território-corpo-terra em contextos de violações aos direitos humanos e à natureza – Profa. Doutoranda Larissa Santos e Kelly Silva Barbosa- Liderança Comunitária do Corredor Carajás (Maranhão); 4. Afrofuturismo – Prof. Dr. Messias Franco; 5. Saúde mental de mulheres negras e Feminismo Decolonial – Profa. Dra. Priscila Rocha; 6. Infâncias negras – Profa. Dra. Sátira Machado; 7. Práticas afro religiosas, literatura e ensino de história: por uma Educação Decolonial – Profa. Doutoranda Laís Fialho.**

Destacamos que nessa edição da Academia Preta conseguimos realizar um sonho que cultivávamos desde a criação do projeto: dialogar com epistemologias diversas. Nesse sentido, além das aulas em que as metodologias são inventadas, construídas em coletivo e em expansão, também dialogamos com o teatro, com a poesia e com a performance como elementos fundamentais do saber e como ferramentas de produção de cidadania.

Historicamente, as performances criadas para a negritude também permitem analisar que o sujeito negro é construído não apenas como o “outro” – em contraposição ao “eu” qbranco –, mas também é identificado como “outridade”, ou seja, “a personificação de aspectos repressores do ‘eu’ do *sujeito branco*” (Kilomba, 2019, p. 38). As “fantasias brancas” (Kilomba, 2019, p. 38), como nomeia a autora, representam os modelos criados pela *branquitude* sobre como a negritude precisa agir, como deve se portar e se situar. A *branquitude* é, pois, construída como racialmente diferente “‘das/os Outras/os’”. Isto é, a *negritude*

serve como forma primária de Outridade, pela qual a *branquitude* é construída” (Kilomba, 2019, p. 38).

Em contraponto e na perspectiva de desestabilizar essas performances criadas exteriormente para as negritudes, acreditamos que os conhecimentos também são exercidos pelos cidadãos por meio das performances (Martín-Barbero, 2009). No caso da Academia Preta Decolonial, cremos que a performance se assume como estratégia e ferramenta tática para colocar em perspectiva “saberes estético-corpóreos” (Gomes, 2017, p. 75), a disputa pelos direitos, o cuidado como estratégia política de cidadania comunicativa (Lapa; Sousa, 2022) e a autonomia comunicativa. Também se coloca em perspectiva a construção da consciência política na criação de espaços de potencialização e na propagação de vozes, experiências e vivências diversas, provocando rupturas com os saberes hegemônicos na elaboração de epistemologias alternativas, insurgentes, insubmissas, em constante processo de desestabilização e ruptura com as normas historicamente instituídas.

O texto está dividido em dois momentos fundamentais: no primeiro, discutimos aspectos sobre como a Academia Preta tem se efetivado como um espaço para o enfrentamento do racismo no Ensino Superior. Em seguida, descrevemos a experiência de participar das Campanhas pela Erradicação do racismo no Ensino Superior promovidas pela Cátedra UNESCO-UNTREF. Finalizamos destacando projetos futuros e potencialidades do curso de extensão.

2 ACADEMIA PRETA DECOLONIAL: EPISTEMOLOGIAS E METODOLOGIAS ANTIRRACISTAS

Ao longo do século XX, de acordo com Boaventura de Sousa Santos (2011), o conhecimento produzido nas universidades ou instituições detentoras do *ethos* universitário foi quase sempre disciplinar, sendo a produção muitas vezes descontextualizada em relação às demandas mais urgentes das sociedades. De acordo com essa lógica, o pesquisador é quem determina os problemas científicos e sua relevância, estabelecendo as metodologias e os ritmos de investigação. Assim, tem-se um conhecimento baseado na distinção entre pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e neste contexto a autonomia do pesquisador manifesta-se num certo alheamento social. Aqui há uma nítida diferença epistemológica e

hierárquica entre conhecimento científico e os outros conhecimentos, tal como ocorre na relação entre ciência e sociedade (Santos, 2011).

Entretanto, ao longo das últimas décadas, tem sido cada vez mais urgente a implantação do modelo pluriversitário, conhecimento contextual baseado na aplicação do conhecimento, especialmente, fora dos muros da universidade. Esse conhecimento é transdisciplinar e a sua contextualização, exige um diálogo ou confronto com as outras formas de conhecimento, o que o torna internamente mais heterogêneo e mais adequado levando-o a ser produzido em sistemas abertos de organização menos rígida e hierárquica.

Nesta perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 (Brasil, 2005), no seu Art. 43, inciso II, afirma que a educação superior objetiva formar nas diferentes áreas do conhecimento sujeitos capacitados para atuar nos diversos setores profissionais e no desenvolvimento da sociedade brasileira. Visa, ainda, estimular o trabalho de pesquisa e investigação científica, tendo em vista o compartilhamento das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica originadas na instituição.

Para concretizar os objetivos supramencionados é necessário que a universidade esteja alicerçada no tripé, ensino, pesquisa e extensão. Conforme Moita e Andrade (2009) a relação entre esses três vetores não pode ser compartimentada, princípio garantido pela própria Constituição Brasileira de 1988, no seu artigo 207. Tal articulação é fundamental considerando que como afirma Paulo Freire (2018, p. 47)

[...] ensinar não é transmitir conhecimento – não apenas precisa ser apreendido por ele [professor] e pelos educandos nas suas razões de ser – ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, mas também precisa de ser constantemente testemunhado, vivido.

O documento “Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão” resultado do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, ocorrido em 2006, afirma que o ensino, a pesquisa e a extensão, enquanto atividades complementares e interdependentes precisam ser valorizadas de maneira equitativa no sistema universitário, sob o risco de se desenvolver um conhecimento segregado e reducionista. Destaca-se, ainda, que a qualidade e o sucesso dos profissionais egressos

das universidades estão condicionados em grande parte ao grau de interação e articulação entre essas três vertentes do ciclo gnosiológico.

Assim, uma Universidade que pretende ser alicerçada em modelos democráticos e transformadores deverá, constantemente, reavaliar seus processos de pesquisa, ensino e extensão, considerando sempre os saberes populares relacionando-os criticamente com saber científico, levando a comunidade acadêmica a um comprometimento com as demandas sociais e as consequências das ações que visam transformação dessas questões.

Neste sentido, a Academia Preta Decolonial visa colocar em prática tais paradigmas. Ela acontece em formato remoto através da plataforma *YouTube* e conta também com o auxílio do *Google Classroom*, plataforma utilizada para armazenar o conteúdo didático do curso, que corresponde tanto ao material disponibilizado pelos professores como artigos, livros digitais, dissertações e teses, como também o material disponibilizado pela Cátedra através da Campanha pela erradicação do Racismo no Ensino Superior e para disponibilizarmos os links e arquivos gravados das aulas. Cada módulo é realizado com um período de 2h30min de duração, entre a fala das ministrantes e a participação dos cursistas com perguntas e exemplos.

Nos três anos de realização da Academia Preta já tivemos mais de 400 cursistas, entre ativistas, militantes, professores, estudantes de pós-graduação, membros de comunidades quilombolas e membros do NEABIS. Participaram do curso de formação, também, cursistas de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Argentina, Chile, México, Espanha e Portugal. A "Academia Preta Decolonial" é uma ação de combate ao "racismo epistêmico" ainda muito presente nas universidades brasileiras, nas escolas, no cotidiano das cidades e que afeta diariamente a população negra, inclusive impedindo que a mesma tenha acesso e condições de permanência em ambientes educacionais que são seus por direito, garantido em constituição.

Maldonado (2011) interpreta que ampliações no conceito de cidadania são fundamentais para perceber as iniciativas políticas da sociedade civil para além do sentido de política tradicional, refletindo uma política cotidiana, que ainda se configura como uma realidade almejável.

A luta pela cidadania encabeçada pelo *Movimento Negro* começa por colocar em confronto a construção da raça como instrumento de dominação e de

inferiorização a partir da resignificação do termo, que ganha uma leitura política e afirmativa, sendo entendido “[...] como potência de emancipação, e não como uma regulação conservadora” (Gomes, 2017, p. 21). Na resistência para a resignificação da história da população negra, a ideia de raça problematizada sob outra perspectiva passa a ser compreendida como uma construção social exercida pela *colonialidade*, algo que “coloca em xeque o mito da democracia racial” (Gomes, 2017, p. 22).

A questão racial passa a ser abordada como “[...] trunfo, e não como empecilho para a construção de uma sociedade democrática, onde todos reconhecidos na sua diferença, sejam tratados igualmente como sujeitos de direitos” (Gomes, 2017, p. 22). Isso permite que a interpretação dos contextos e das relações de poder seja amparada por uma perspectiva reflexiva sobre como o processo de racialização criou, sustentou e perpetuou desigualdades sociais, econômicas, de representatividade política e de acesso aos direitos básicos. Gomes (2017, p. 21) afirma que “[...] o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana de suas próprias vítimas”.

Gomes (2017) traça uma importante linha histórica sobre a conquista de direitos de cidadania a partir da luta e da resistência do *Movimento Negro*. Em todo o país, a luta era pela garantia dos direitos básicos da vida humana, entre eles o principal: **o acesso à educação**. No ano de 2001, a participação do Movimento Negro numa conferência da ONU contra o “racismo, a discriminação racial, a xenofobia e formas correlatas de intolerância” (Gomes, 2017, p. 34) fez com que o Brasil reconhecesse internacionalmente a existência de racismo institucional em nosso território. Junto a um momento em que o Movimento Negro passou a politizar ainda mais a discussão sobre a raça, o “racismo acadêmico” entrou na pauta de luta e de reivindicação com a criação da “Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)” (Gomes, 2017, p. 35). A ABPN é uma instituição atuante que todos os anos realiza o Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (Copene), importante espaço para o debate e a divulgação de trabalhos e pesquisas acadêmicas sobre questões raciais no Brasil (Gomes, 2017).

Além da organização da Academia Preta via sala digital, onde apenas cursistas tinham acesso ao link e as informações ali dispostas, também foi necessário o desenvolvimento de estratégias para evitar a invasão das aulas, já que as aulas

são ministradas via *YouTube* – plataforma de acesso livre e público. Importante destacar que a sala virtual se configurou como importante espaço de troca de materiais didáticos, de relatos de experiências, indicações de leituras, para troca de recursos audiovisuais, assim, as aulas puderam de certa forma ser ampliadas e aprofundadas através desse ambiente virtual que também foi importante para o processo de socialização dos cursistas.

Na Academia Preta entendemos que sujeitos existem por meio do princípio do diálogo que, como argumenta Freire (1995, p. 80), não se trata de “tagarelice”. A “prática dialógica” é, antes de mais nada, ferramenta, exigência e estratégia “epistemológica” desenvolvida e reivindicada pelos sujeitos (Freire, 1995, 2017). A prática dialógica é o que fundamenta a construção de novos e outros conhecimentos, o que possibilita a ampliação e o desenvolvimento do pensamento e da “educação libertadora” (Freire, 1995, 2017). A experiência possibilitada pela ação dialógica constrói a “curiosidade epistemológica” (Freire, 1995, p. 87), a qual se desenvolve por meio do diálogo crítico sobre as múltiplas mediações que circundam e moldam os sujeitos. O diálogo é prática comunicativa e, como tal, elabora processos de “colaboração” e de solidariedade entre os sujeitos (Freire, 2017, 2018).

À medida que cada módulo finalizava, conseguíamos receber um retorno sobre o processo de aprendizagem de cada estudante através da plataforma com depoimentos e relatos de experiências sobre a implementação de metodologias explanadas nas aulas, no cotidiano de cada professora e estudante do curso. Consideramos que a riqueza e a heterogeneidade de cada um dos doze módulos podem ser aproximadas numa trilha fundamental e coletiva: a educação como prática transformadora e como política emancipatória, bandeira de luta histórica do Movimento Negro (Gomes, 2017) nas reivindicações pela inclusão e diminuição das desigualdades sociais construídas em torno da população negra brasileira.

Esses saberes insurgentes e "emancipatórios" elaborados pelo Movimento Negro (Gomes, 2017) e disseminados nas falas de cada professora, pesquisadora e ativista da Academia Preta Decolonial, alinhavam-se ao reclamo por epistemologias plurais, diversas, para além das práticas de ensino formais às quais nos foram impostas através de um modelo eurocentrado de educação.

Sobre as pedagogias instituídas pelo Movimento Negro (Gomes, 2017) como políticas emancipatórias para a população negra brasileira, Nilma Lino

Gomes destaca a experiência do "Teatro Experimental Negro" (Gomes, 2017, p. 30), importante ferramenta educacional e de formação política, também para confrontar discursos discriminatórios. As práticas de resistência elaboradas pelo Movimento Negro também estão presentes no campo da comunicação, com a criação de jornais alternativos, por exemplo, para a exaltação e visibilização da população negra e também de revistas para a elaboração de outras discussões sobre a estética corporal, para além da norma branca (Gomes, 2017).

Para o Movimento Negro a educação era não só bandeira de luta, mas também é um instrumento histórico sob o qual táticas (Certeau, 1994) e estratégias políticas foram e são elaboradas continuamente, onde outros saberes podem existir e construir outras metodologias, outras epistemologias (Gomes, 2017).

Não só a exposição dos conteúdos, mas as falas e a disponibilização do material didático compuseram as metodologias experimentadas e inventadas no espaço da Academia Preta. Para reverenciar as Ancestralidades era preciso ir além do que propõe a educação formal. Dessa forma, nos sustentamos, principalmente, na dimensão do diálogo (Collins, 2019; Freire, 2017). Elemento fundamental que permite tocar o outro e elaborar sentidos próprios, sobre o mundo, sobre si, sobre a vida (Freire, 2017).

Assim, ainda que mediadas e direcionadas pelos algoritmos das plataformas utilizadas no curso, foi possível estruturar um espaço em que múltiplas vozes foram ouvidas e disseminadas. Pautamo-nos nas potencialidades e funcionalidades que o digital nos proporcionou, em meio a um turbilhão de emoções, de desalento, ceticismo e dor provocados pela pandemia da covid 19. Ainda assim, foi possível também ter afeto, partilha, conhecimento, esperança e fé em tempos melhores e numa educação de fato transformadora.

Desde a década de 1970, o Movimento Negro assume papel de protagonismo na luta, na denúncia e na cobrança de direitos sociais para a população negra do Brasil (Gomes, 2017; Carneiro, 2019). Somado aos avanços importantes na área da educação, Gonzalez (2020) ressalta também a atuação do Movimento Negro Unificado (MNU) no desenvolvimento de uma consciência político-democrática antirracista e anticolonialista em diversas regiões do país. As mulheres negras desenvolveram papéis fundamentais na luta, na articulação e na direção do *Movimento Negro*, especialmente na ampliação das pautas, revelando a necessidade do

desenvolvimento de uma consciência política que também atravessasse questões de gênero e de classe (Gonzalez, 2020; Carneiro, 2019).

3 A PARTICIPAÇÃO NA II E III CAMPANHA PELA ERRADICAÇÃO DO RACISMO NO ENSINO SUPERIOR

Dados disponibilizados pelo IBGE no ano 2019, na PNAD sobre “desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil”, mostram diminuição na taxa de analfabetismo entre negros de 15 anos ou mais. Em 2016, o percentual era de 9,8%, e em 2018 era de 9,1%. Ainda assim, quando comparado ao percentual de brancos na mesma situação, o número de negros é mais que o dobro (IBGE, 2019). No Maranhão, os dados da PNAD de 2017 apontam que, em relação à cor/raça, **81,15% das pessoas com 5 anos ou mais não alfabetizadas são negras.**

A escola desempenha papel fundamental no processo de humanização, construção de identidades sociais e disseminação de discriminações raciais. Nilma Lino Gomes (2002, p. 45) defende que a escola impõe “[...] padrões de currículo, de conhecimento, de comportamentos e também de estética”. Para estar dentro da escola é preciso apresentar-se fisicamente dentro de um padrão, uniformizar-se”. Os anos escolares são marcados, pois, pela tensão na construção das relações raciais e, muitas vezes, são o primeiro contato com o padrão de referência estética e de produção de conhecimento supremacista branco.

Nosso objetivo em participar da segunda e terceira Campanhas pela Erradicação do Racismo no Ensino Superior se fundamentou no fortalecimento das iniciativas que temos desenvolvido via Núcleo de Pesquisa desde o ano de 2019 e visibilizarmos a Academia Preta, que já se tornou um curso de formação antirracista de referência nacional e internacional, que tem formado pessoas para atuarem na educação e em áreas diversas enfrentando e denunciando o racismo acadêmico e cotidiano. Nossa busca é por tornar a universidade um ambiente múltiplo e plural, que se proponha e se reconheça como instituição antirracista, sobretudo, que construa bases para que epistemologias diversas possam ser valorizadas.

A parceria com a campanha realizada pela *Cátedra Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina* permitiu que o curso, que já era ofertado em formato aberto e gratuito para todo o país, pudesse

chegar a um público maior. Na terceira edição, segunda vez que participamos da Campanha pela Erradicação do racismo, destacamos a importância das parcerias da **Coordenação de Educação da Igualdade Racial de Imperatriz – CEIRI e do Centro de Cultura Negra Negro Cosme**. A ideia era não somente pensarmos a educação antirracista e as múltiplas violências racistas vivenciadas no Ensino Superior, mas promovermos uma reflexão necessária desde as bases, pensando também as infâncias e as juventudes – o que também apareceu nos módulos através de discussão sobre infâncias negras.

Nesta edição contamos com a participação na abertura do grupo Afro de teatro “Reinvent`arte”, mobilizando-nos a pensar outras formas epistêmicas de construir e disseminar o saber, também sobre o saber que nasce desde as bases da cultura, da arte, da resistência que se constrói pela criatividade e pela oralidade, o jogo, a dança e o protagonismo corporal. Assim também se deu nosso encerramento, com poesias e performances, elaborando outras maneiras de sentir e pensar sobre o ser, o saber, o poder, o bem viver.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Paulo Freire (2018) nos ensina, nenhum sujeito ou sujeita pode estar no mundo com o mundo e com os outros sujeitos e sujeitas de maneira neutra. É preciso inserção que implica decisão, escolha e intervenção na realidade social. Há inúmeras perguntas a serem feitas insistentemente por todos e todas nós e que mostram a impossibilidade de estudar por estudar. De pesquisar de maneira descomprometida com realidade como se nada tivéssemos a ver com o mundo, um lá fora e distante, um mundo observando a nós, e nós a ele. Nesse sentido, é preciso engajamento com a realidade social e uma das formas de o fazer é por meio da extensão. É o momento em que nós e os outros sujeitos e sujeitas ultrapassamos os muros institucionais e nos unimos no trabalho de construção do conhecimento.

A extensão universitária constitui um processo educativo que relaciona o ensino e a pesquisa como elementos indispensáveis possibilitando a discentes, docentes e sociedade conhecimento por meio de uma relação transformadora. Esta troca de saberes sistematizados, tanto acadêmico quanto popular contribuirá de sobremaneira para ambas as partes, bem como na participação efetiva da comunidade na atenção da universidade (MEC; SESU, 2001).

A Academia Preta Decolonial tem mostrado que é possível plantar uma semente de esperança e de luta contra as estruturas de dominação presentes numa sociedade, cada dia mais pautada numa agenda neoliberal de extrema direita, assentada nos espelhos dos "pactos narcísicos" da branquitude (Bento, 2002). Que, sim, é possível lutar, insurgir e combater o racismo e processo violento de apagamento e/ou ocultamento da nossa ancestralidade. Esse curso a partir de uma abordagem plural com epistemologias outras, como as vivências de mulheres pretas (acadêmicas ou não), põe em prática a *Pedagogia Afroafetiva* (Silva, 2021) e o *Aprender-sendo* (Sousa, 2021) e vai plantando sementes de transformação nos cursistas e em todas as pessoas participam da construção do curso.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF: Senado Federal, 2005. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro*. Conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

EVARISTO, Conceição. Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (Org.). *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: Ideia; Editora Universitária UFPB, 2005. Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/genero-e-etnia-uma-escrevivencia-de.html>. Acesso em: 16 abr. 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente*. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1995.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 21, dec. 2002.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LAPA, Bruna; SOUSA, Leila. O cuidado como ferramenta para a produção de Cidadania Comunicativa. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN (ALAIC), 16., 2022, Buenos Aires. *Anais [...]*. Buenos Aires: Alaic 2022.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pesquisa em Comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. In: MALDONADO, Alberto Efendy. *Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 277-303.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Cidadanias em cena: performance, política e direitos culturais* Hemispheric Institute, [s.l.], 2009. Disponível em: <https://hemisphericinstitute.org/pt/enc09-academic-texts/item/679-staging-citizenship-performance-politics-and-cultural-rights.html>. Acesso em: 16 abr. 2023.

MEC; SESU. *Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*. Porto Alegre: UFRGS; Brasília : MEC/SESu, 2006. Disponível em: https://www.uemg.br/downloads/indissociabilidade_ensino_pesquisa_extensao.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

MOITA, Filomena.; ANDRADE, Fernando. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.

14, n. 41, p. 269-393, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a06.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

NITAHARA, Akemi. Negros são maioria entre desocupados e trabalhadores informais no país: levantamento do IBGE reúne dados de diversas pesquisas. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, Boaventura Sousa. *A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Francy. Pedagogia afroafetiva: uma experiência de emancipação. In: ACADEMIA PRETA DECOLONIAL: EPISTEMOLOGIAS E METODOLOGIAS ANTIRRACISTAS, 2., 2021, São Luís. *Anais [...]*. São Luís: UFMA, 2021.

SOUSA. Leila Lima de. *Aprender-sendo: cidadania comunicativa e existências comunicacionais de mulheres negras de Codó e Imperatriz*, no Instagram. 2021. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.

Sobre os autores:

Leila Lima de Sousa: Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí. Professora adjunta da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Vice-coordenadora do Núcleo de estudo, pesquisa e extensão em comunicação, gênero e feminismos: Maria Firmina dos Reis, da Universidade Federal do Maranhão. Membro da Rede Amlat. **E-mail:** sousa.leila@ufma.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-2335-0858>

Michelly Santos de Carvalho: Doutorado em Ciências da Comunicação / Sociologia da Comunicação pela Universidade do Minho. Mestrado em Informação e Jornalismo pela Universidade do Minho. Professora e Coordenadora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Imperatriz. Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudo, Pesquisa e Extensão em Comunicação, Gênero e Feminismos – Maria Firmina dos Reis. **E-mail:** michelly.carvalho@ufma.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-4319-7400>

Recebido em: 12/05/2023

Aprovado para publicação em: 30/10/2023

